

Parlamento aprova na Especialidade a Lei de casamento prematuro



MAPUTO – Todos aqueles que se envolverem em uniões prematuras como autores ou cúmplices poderão ser presos e multados. A medida consta da Proposta de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras aprovada ontem em definitivo e por aclamação pelo Parlamento moçambicano.

Os proponentes encabeçados pela Comissão do Género, Ciência e Tecnologia e Comunicação a norma seja observada, a Coligação Sociedade Social consideram que a medida vai permitir mais Civil para a Eliminação dos Casamentos protecção da rapariga e garantir que homens e Prematuros defende a divulgação. mulheres tenham as mesmas oportunidades desde A directora-executiva da Fundação para o crescimento. Desenvolvimento da Comunicado (FDC) Zélia

A presidente daquela comissão parlamentar Menete disse que a aprovação deste instrumento Antónia Chare disse que a medida sancionatória “significa que mais de quarenta por cento da abrange as autoridades religiosas que consentirem população vai ter os seus direitos e poder se as uniões prematuras. concentrar no que é mais importante que é a

“O agente da autoridade tradicional ou religiosa que no exercício das suas funções autorizar de forma empoderamento da rapariga para que depois haja consciente a celebração de casamentos no ambos de facto, exercício activo da rapariga e da mulher ou um dos esposados seja criança será condenado para acelerar o desenvolvimento económico do a pena de dois a oito anos de prisão e multa até dois país”, directora-executiva da Fundação para o anos”, presidente da Comissão do Género, Ciência e Desenvolvimento da Comunidade Zélia Menete e a e Tecnologia e Comunicação Social Antónia Chare e a aprovação da Lei da Prevenção e Combate às e a aprovação ontem da lei de Prevenção e Uniões Prematuras.